

Políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura urbana em Nova Iguaçu (Rio de Janeiro-Brasil), Rio Cuarto (Córdoba-Argentina) e Sevilha (Andalucía-Espanha)

Processo de produção do conhecimento: Resultado de investigação finalizada

GT15: Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Francisco Coelho Mendes, Doutor; (DAT-IM–UFRRJ); E-mail: coelhomendes1970@gmail.com

Cezar Augusto Miranda Guedes, Doutor; (PPGCTIA–UFRRJ); E-mail: cezar.eco@gmail.com

Resumo

Este estudo tem por objetivo caracterizar como funcionam as políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura urbana nos municípios de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro, Brasil), Rio Cuarto (Córdoba, Argentina) e Sevilha (Andalucía, Espanha). Portanto, abordamos: políticas de assistência técnica; destinação dos produtos desenvolvidos ou cultivados por agricultores urbanos; e oportunidades de melhorias relativas à qualidade de vida do agricultor urbano. A metodologia adotada é do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, com base em estudo de casos, consultas bibliográficas, pesquisa documental, visitas técnicas, observação direta, coleta de depoimentos e aplicação de questionários. Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para a difusão e inovação de políticas destinadas à agricultura urbana.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura Urbana e Periurbana; Agroecologia.

1. Introdução

Nos últimos anos houve um aprofundamento do debate em busca de alternativas para fortalecer e viabilizar: segurança alimentar e nutricional; qualidade da produção urbana de origem ecológica; melhoria da relação humana com a sustentabilidade ambiental nas cidades; e melhoria da qualidade de vida do agricultor urbano, mediante o desenvolvimento de práticas ecológicas.

A prática da agricultura urbana tem se intensificado no mundo desde a década de 1980. Essa prática foi desenvolvida em função da escassez de alimentos e como forma de reivindicação para uma alimentação saudável e um ambiente menos contaminado. Mas as iniciativas que tratam especificamente da agricultura urbana, elementos econômicos e ambientais, que afetam o desenvolvimento territorial local, têm sido pouco investigadas e discutidas.

Em meio ao espaço urbano cercado por prédios “arranha-céus”, indústrias e comércios que movimentam as microrregiões de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro-Brasil), Rio Cuarto (Córdoba-Argentina) e Sevilha (Andalucía-Espanha), ainda há herança de uma terra fértil trabalhada pelos agricultores familiares urbanos.

Conforme afirmam Aquino e Assis (2007), a agricultura urbana com práticas ecológicas se apoia nos princípios da agroecologia, baseado no uso responsável do equilíbrio biológico da natureza, na agricultura ecológica, que possibilita obter bons níveis de produção, evitando, ao mesmo tempo, os riscos de contaminação para os agricultores, os consumidores e o meio ambiente.

A agricultura urbana possibilita a produção de alimentos de forma comunitária com uso de tecnologias de base ecológica em espaços urbanos ociosos. Com a mobilização comunitária, em especial com a atuação das prefeituras municipais, são implementadas hortas, viveiros, pomares,

canteiros de ervas medicinais, criação de pequenos animais, unidades de processamento ou beneficiamento agroalimentar e feiras ou mercados públicos populares. Os alimentos produzidos, geralmente, são destinados ao autoconsumo, abastecimento de restaurantes populares e às escolas públicas, cozinhas comunitárias e à venda de excedentes no mercado local, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação, nutrição e geração de renda.

Diante da importância da agricultura urbana nos municípios de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro-Brasil), Rio Cuarto (Córdoba-Argentina) e Sevilha (Andalucía-Espanha), cuja história tem como base a agricultura familiar, vários projetos e programas têm contribuído para o desenvolvimento da agricultura urbana nesses países, por meio de leis, incentivos, convênios e programas como o PRONAF, criado em 1995, apoiado pelo MDA e o PNSAN ou “Fome Zero”, criado em 2003, apoiado pelo MDS (Brasil); o *Plan Nacional de Seguridad Alimentaria (PNSA)* e o *Programa Huerta Orgánica (ProHuerta)*, criados em 2003, apoiado pelo MDS e executado pela *Fundación Social* do Município e pelo INTA (Argentina); e o *Programa de Agricultura Urbana y Social (PAUS)*, criado em 1999, apoiado pelo *Instituto Nacional de Colonización (INC)*, o *Plan General de Ordenación Urbana (PGOU)*, criado em 2006, e a *Red de Huertos Urbanos (RHU)*, criado em 2010, apoiados pela *Junta de Andalucía* e pelo *Ayuntamiento de Sevilla* (Espanha), objetivando fomento, assistência técnica e desenvolvimento territorial sustentável.

Com base na precariedade de mão de obra qualificada em assistência técnica, bem como os poucos recursos públicos disponibilizados à agricultura urbana para suprir às necessidades dos produtores familiares de baixa renda, podemos indagar: qual o nível de integração das políticas públicas de agricultura urbana com os programas de assistência técnica, segurança alimentar e nutricional, qualidade de vida do agricultor urbano e desenvolvimento territorial sustentável nas cidades?

2. Políticas Públicas para a Agricultura Urbana

Os argumentos de legitimação da agricultura urbana criaram condições favoráveis ao consenso de que essa prática é de intervenção pública, que apresenta potenciais benefícios e que pode ser realizada por meio do uso de uma variedade de espaços urbanos e contextos culturais e sociais. Tais argumentos são empregados pelas agências de desenvolvimento, e ONGs internacionais e locais ao darem apoio financeiro e assessoria à inserção da agricultura urbana nas políticas públicas existentes e à formulação de novas políticas. Como resultado tem-se a formulação e execução de vários programas e projetos de agricultura urbana, no início do século XXI, como linha de ação das políticas urbanas nacionais e internacionais, em várias cidades do mundo, inclusive da América Latina (COUTINHO, 2010).

Na América Latina, cidades de vários países receberam programas de agricultura urbana. Como exemplo, pode-se citar os municípios de Governador Valadares (Brasil), *Rosário* (Argentina) e *Cienfuegos* (Cuba), locais onde foi implantado o programa de otimização de espaços vazios para a agricultura urbana (*Optimizing Use of Vacant Land for Urban Agriculture*), iniciado em 2003, por meio de parcerias entre o Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU/ALC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para Assentamento Humano (UN-Habitat), Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (*International Development Research Centre - IDRC*), Promoção do Desenvolvimento Sustentável (IPES) e criação de agentes locais para os municípios (LOVO, 2011).

Existem várias organizações nacionais e internacionais articuladas entre si e interessadas em pesquisar e apoiar a agricultura urbana para que seja esta reconhecida como ação pública de combate à fome, pobreza e desnutrição nas cidades. Parece haver um pioneirismo do IDRC, na década de 1990, quanto à investigação e reconhecimento de que a agricultura urbana poderia se tornar uma área de intervenção e quanto à ampla divulgação dessa prática. Inicialmente, o IDRC deu ênfase à promoção da segurança alimentar, à nutrição e ao tratamento de resíduos sólidos orgânicos. Posteriormente, passou a incluir, nos projetos, os processamento e distribuição de alimentos nas cidades e, depois, o cultivo dentro das cidades (MOUGEOT, 2006).

Entre os anos de 1984 e 2004, o IDRC colocou em prática vários projetos de agricultura urbana em cerca de 40 (quarenta) países em desenvolvimento (PNUD, 2006). No início da década de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) também passou a ter interesse pelo tema. Ao longo de 20 anos, por meio de pesquisas, de formação de agentes locais para o uso de tecnologias e intervenções políticas, de eventos e publicações que analisam políticas públicas para agricultura urbana em diferentes contextos, o IDRC vem influenciando fortemente os programas relacionados à agricultura urbana da ONU e de redes regionais de investigação, como o IPES, assim como os governos locais (TAYLOR, 2006).

No Brasil, percebe-se a tendência de a agricultura urbana ser incorporada às políticas de abastecimento alimentar, no esforço de realizar o direito humano à alimentação. No âmbito federal, a agricultura urbana aparece associada às ações conectadas à estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) sob a gestão do MDS. O MDS apóia financeiramente ações comunitárias voltadas para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias de baixa renda. Dentre os 130 convênios de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) efetivados por meio de parcerias com estados, municípios e ONGs, 96 estão voltados para a produção em hortas e lavouras comunitárias, plantas medicinais, mudas, viveiros e criação de pequenos animais; 30 projetos são de beneficiamento e comercialização em feiras, mercados públicos e pequenas agroindústrias; e os quatro restantes estão voltados para a garantia da segurança alimentar em áreas de acampamentos (MDS, 2009).

A formulação de lei específica para a AUP deve orientar-se pela legislação ambiental e sanitária e pelos instrumentos de políticas urbanas vinculados aos princípios do direito à cidade, função social da propriedade e democratização dos espaços públicos. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) aparece como espaço privilegiado para viabilizar a institucionalização da AUP, dado que possui representações de todos os Ministérios e da sociedade civil. Como parte da implantação da política anteriormente delineada, vêm sendo implantados pela SESAN/MDS, em parceria com universidades federais do Brasil, Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAUP) em regiões metropolitanas. Os Centros são espaços estruturados que devem dar apoio às ações orientadas pelas diretrizes da política nacional de AUP. As políticas que abordam os princípios e diretrizes para se pensar em uma futura política de agricultura urbana no Brasil foram discutidas recentemente pelo MDS e MDA no 3º Seminário Latino-Americano e Caribenho de Agricultura Urbana e Periurbana (Brasília, 2012). O objetivo é a prestação de serviços nas áreas de formação, assistência técnica e apoio aos meios de produção dos agricultores urbanos que estão dentro e nas periferias das cidades (MDA/SDT, 2012).

Diante do interesse dos governos nacionais e locais em promover a agricultura urbana, procuramos compreender os possíveis interesses contidos nas idéias de desenvolvimento territorial local sustentável, como objetivo das políticas públicas para a agricultura urbana. O que pode ser

expresso na promoção da melhoria da qualidade ambiental das cidades, segurança alimentar e nutricional e na inclusão social dos produtores marginalizados por meio da geração de renda e valorização dos seus saberes.

Alguns autores apontam supostos motivos pelos quais os diversos governos poderiam estar interessados nas práticas da agricultura urbana, apesar da inexistência de dados que comprovem sua eficiência técnica e do seu baixo impacto na melhoria das condições materiais da vida dos produtores, a saber: 1) possibilidade dos governos locais se integrarem e acessar recursos de redes internacionais; 2) participar de um campo pioneiro de gestão ambiental que favorece a autopromoção política dos dirigentes municipais que aparecem como autoridades inovadoras e progressistas; 3) o baixo custo das políticas apesar das dificuldades de implantação; 4) possibilidade de legitimar as administrações urbanas e de regular o comportamento social por meio da reconstrução de significados sociais por meio da mobilização de valores ligados ao meio ambiente (COUTINHO, 2010).

Na Argentina, a implementação do *ProHuerta* estava relacionada com a recessão que o país sofreu durante os anos 1990, diante das políticas neoliberais implementadas por Domingo Cavallo, ministro do governo Carlos Menén, que resultou na falência de muitas empresas e no desaparecimento de milhares de empregos. Desde 2003 e no âmbito das *Políticas de Inclusión Social* foi lançado, com o apoio da FAO, o “*Programa Huertas Bonaerenses*” com o objetivo de incentivar o cultivo de produtos de subsistência para cidadãos de baixa renda. Destina-se a desenvolver 160.000 *huertos familiares* e escolares, e 4.500 *huertos comunitarios*. Só em 2006, a cidade de Rosario (Argentina) possuía 800 hortas urbanas comunitárias (FAO, 2011).

Na Argentina, o PNSA foi criado, em 2003, pela Lei nº 25.724, com o objetivo de possibilitar o acesso da população em situação de vulnerabilidade social a uma alimentação adequada, suficiente e conforme as particularidades e costumes de cada região do país. O PNSA desenvolve também outros programas, que complementam as ações mencionadas, como: *Familias y Nutrición*, que fortalece a alimentação básica e nutrição das famílias; *Abordaje Comunitario*, que incentiva as organizações comunitárias a desenvolver produção alimentícia; *ProHuerta*, que promove o acesso a uma alimentação saudável, mediante autoprodução de alimentos frescos para o consumo familiar, comunitários e institucional; *Educación Alimentaria y Nutricional*, que trabalha a capacitação de técnicos e destinatários do PNSA com o objetivo converter o conhecimento em hábitos de alimentação saudável (MDS/SDS, 2011).

A agricultura urbana vem sendo enfatizada na Espanha, a partir de 1999, com treinamentos sobre práticas ecológicas para agricultores familiares como uma perspectiva de desenvolver atividades agrícolas sustentáveis. Esse sistema de agricultura é descendente da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE), que surgiu a partir da pluriatividade agrícola desenvolvida a contar da década de 1980, que se refere às unidades familiares que combinam entre seus membros ocupações agrícolas e não agrícolas – famílias pluriativas. Nesse sentido, as políticas agrícolas sobre a pluriatividade dos agricultores urbanos da Espanha contribuem para o crescimento de casos de famílias pluriativas por comunidades autônomas. Portanto, a perspectiva de crescimento da pluriatividade neste setor está condicionada ao apoio público, particularmente aos agricultores urbanos e periurbanos.

Para entender o enraizamento da PAC, é preciso entender o contexto em que foi criada, diante do desabastecimento e escassez de alimentos, após a 2ª. Guerra Mundial, onde a Europa desenvolve uma política favorável à segurança alimentar. Alguns anos mais tarde, em razão do sucesso da PAC, a situação se inverte com os excedentes na produção de alimentos. Isso implica em mudanças na agenda

da PAC a partir de 1992, onde a nova situação leva ao desenvolvimento de seu papel no panorama agrícola pluriativo (GUEDES; PÉREZ, 2011).

Na Espanha, a partir dos anos 1990, os moradores urbanos em diferentes cidades passaram a solicitar a implementação de regulamentos para *huertos urbanos*. Isso levou algumas administrações governamentais a começar o processo de regulamentação do uso de terrenos municipais para hortas urbanas. Mas em muitos casos, associações ou grupos comunitários, por iniciativa própria, passaram a identificar áreas desocupadas para organizar hortas familiares ou comunitárias. Em Madrid há muitas dessas iniciativas. Uma promovida por associações de moradores e outras patrocinadas por instituições educacionais e fundações. Por exemplo, a horta comunitária das associações de moradores localizada na Rua *Doctor Fourquet*, no bairro de *Lavapiés*. Esta horta funciona como um lugar de intercâmbio e desenvolvimento da rede social, cultural, esportiva e lazer (Figura a seguir). Antes de 2008, era um espaço abandonado há mais de 30 anos. A partir de 2009, a Câmara Municipal concedeu a associações de moradores uma cessão de uso do terreno por 5 anos para desenvolver hortas comunitárias (ZAAR, 2011).

Em Barcelona, Madrid e Sevilha, as iniciativas são diversas, estão conectadas à demanda popular e, na maioria das vezes, são representadas por associações de moradores de bairro. Em 2011, uma dessas iniciativas promovidas pelo *Institut Municipal de Parcs y Jardins de Barcelona* colocou em prática o programa de hortas em áreas urbanas e públicas, com uma rede de 12 parcelas (lotes de terra) e que possui infraestrutura adequada ao cultivo ecológico. Algumas hortas comunitárias, como a *Masía Can Masdeu* em Barcelona, cultivam hortaliças, verduras, legumes, ervas medicinais e aromáticas. Objetiva desenvolver projetos de educação ambiental para crianças e jovens, atividades sociais e recreativas para adultos e aposentados. Além de promover dieta alimentar saudável e melhorar os aspectos social, ambiental e paisagístico da cidade (ZAAR, 2011).

Nos casos estudados, organizações públicas e privadas, mais a sociedade civil participam da definição e do desenvolvimento de políticas públicas de âmbito nacional ou local com ênfase em agricultura urbana, apesar da não consolidação dessas práticas a nível nacional.

3. Desenvolvimento da Agricultura Urbana em Nova Iguaçu (Brasil), Rio Cuarto (Argentina) e Sevilha (Espanha)

O estudo em questão diz respeito à caracterização das políticas públicas para a agricultura urbana nos municípios estudados. Apesar das amostras serem geográfica e economicamente diferentes, politicamente, possuem vários pontos em comum, como política de incentivo à horticultura em área urbana; políticas de segurança alimentar e nutricional; incentivo às parcerias e iniciativas locais como fundações sociais, ONGs e cooperativas; incentivos às associações de moradores objetivando capacitar multiplicadores com conhecimentos especializados em agricultura urbana com práticas ecológicas; políticas para melhoria da educação ambiental e da qualidade de vida em áreas urbanas.

Destacamos também algumas dificuldades encontradas pelo agricultor urbano, como difícil acesso ao mercado consumidor em função da sua baixa renda familiar, pouco acesso ao crédito rural ou social, baixa escala de produção e demanda insuficiente; pouca cooperação entre as instituições públicas e privadas quanto ao desenvolvimento de projetos multifuncionais; pouco acesso às informações inerentes aos programas de promoção da agricultura urbana.

Segundo *Organic Agriculture Worldwide* (FiBL & IFOAM, 2011) é difícil encontrar dados precisos e atuais sobre a agricultura urbana discriminados por países, com exceção dos países da

Europa. Às vezes não há nenhum tipo de dados, como é o caso na maior parte dos países da África. No entanto, as estatísticas disponíveis mostram que a agricultura urbana é praticada em muitos países do mundo. Mesmo em países onde não são compiladas as estatísticas, pode-se supor que a agricultura urbana com práticas ecológicas está sendo desenvolvida. Em muitos países europeus, a agricultura urbana está sendo implementada devido à atual crise econômica e também devido a uma maior conscientização sobre alimentação saudável, preservação ambiental e qualidade de vida nas cidades. O apoio prestado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) para a difusão do consumo de produtos ecológicos nos países em desenvolvimento é digno de destaque. Nesse sentido, a FAO prevê um forte crescimento para o setor de agricultura urbana e periurbana nos próximos anos.

No caso da *agricultura urbana em Nova Iguaçu*, observa-se que os projetos envolvem segurança alimentar, educação ambiental, inclusão social das comunidades e moradores. Objetiva desenvolver práticas ecológicas pelo agricultor urbano. O desenvolvimento dessas práticas ecológicas em Nova Iguaçu conta com a participação de atores públicos (Prefeitura Municipal, Emater-Rio), ONGs, entidades religiosas e associações de agricultores familiares.

A prefeitura municipal de Nova Iguaçu, seguindo a diretiva do MDS, participa e opera diretamente o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) para a merenda escolar por meio das cooperativas de agricultores familiares, que produzem hortaliças, legumes e verduras ecológicas em faixas de dutos da Petrobras.

Observamos que a maioria dos agricultores urbanos de Nova Iguaçu não possui certificação de agricultura orgânica, como é exigido para os produtos orgânicos. Porém, os agricultores ecológicos têm sua qualidade garantida por atestado emitido pela EMATER-Rio, que avalia o produtor e seu sistema de produção, onde o ambiente de cultivo é trabalhado pela família para que o produto chegue às mãos do consumidor com o mínimo de resíduos tóxicos possíveis, isentos de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos. Desenvolve também a compostagem, a biodiversidade, a rotatividade ou consórcio de culturas.

Verificamos também, que quase todos os agricultores da “Feira da Roça” são capacitados pela “Escolinha de Agroecologia”, coordenada pela EMATER-Rio de Nova Iguaçu. A maioria dos produtores urbanos recebe visitas técnicas em suas propriedades. São orientados como melhorar o cultivo, a distribuição e a comercialização dos seus produtos ecológicos. Geralmente, a produção originária da agricultura urbana e periurbana é distribuída da seguinte forma: 30% da produção é para autoconsumo, 30% para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município e 40% é comercializada na “Feira da Roça” em Nova Iguaçu, nas feiras da Cidade Universitária na UFRJ e da Transpetro no Centro do Rio de Janeiro, e também por meio de cestas personalizadas sob encomenda.

Identificamos também que, devido aos produtos ecológicos originários da agricultura urbana serem disponibilizados somente uma vez por semana na “Feira da Roça” de Nova Iguaçu, alguns consumidores além de comprarem os produtos, também fazem encomendas antecipadas para a semana posterior. Isso ocorre devido ao aumento da procura pelos produtos ecológicos, tendo em vista que os produtos disponibilizados nas feiras ecológicas são rapidamente vendidos. Então, para garantir o consumo da semana subsequente, já que ele é cliente fiel, faz a reserva antecipada. Segundo os vendedores da feira da roça, essa prática acontece devido à demanda ser maior que a oferta.

No caso da *agricultura urbana em Rio Cuarto*, existe o apoio ao *Plan Nacional de Seguridad Alimentaria* (PNSA) da *Secretaria de Desarrollo Social* (SDS) da Argentina, executado pela *Fundación Social* do Município e pelo INTA.

A situação da pobreza, da acessibilidade à informação e ao alimento de qualidade em Rio Cuarto faz com que a Prefeitura Municipal e o INTA auxiliem os agricultores urbanos com a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas contemplam as associações ou cooperativas de autoprodução de hortas e granjas para complementar a cesta básica do agricultor urbano.

O *Prohuerta* é destinado a pessoas vulneráveis, em termos sociais, ao serviço das famílias urbanas e periurbanas em situações de pobreza estrutural ou desemprego. Ele também envolve as crianças nas escolas situadas em áreas socialmente críticas que necessitam de segurança alimentar e nutricional. O *Prohuerta* contribui para melhorar as condições ambientais, qualidade de vida, aumentar a biodiversidade, prosseguir na produção de espécies nativas. Além de oferecer ao público-alvo condições para produzirem seus alimentos de forma eficiente, social, econômica e ambientalmente sustentável.

O programa de agricultura urbana em Rio Cuarto objetiva desenvolver solidariedade de forma participativa para a produção de alimentos, utilizando técnicas ecológicas que contribuam para a soberania alimentar e melhorem a economia familiar e da comunidade.

Tanto o *Prohuerta* como a associação do “*Arte Orgánico*”, apóiam a distribuição e comercialização nas feiras livres dos produtos hortícolas, frutas e derivados com algum grau de processamento; promovem a horta família comunitária, com a capacitação de famílias e grupos familiares para que possam produzir alimentos saudáveis, econômicos e naturais.

A *Fundación Social de Rio Cuarto* oferece capacitações, assistência técnica e fornecimento de insumos para os agricultores urbanos. Tal programa tem por objetivo capacitar as pessoas como multiplicadores dos conhecimentos ecológicos e geradores dos seus próprios alimentos de forma saudável.

Os agricultores urbanos das “*Huertas Familiares Comunitarias*” de *Rio Cuarto* declaram como atuante a participação do INTA e *Fundación Social* na capacitação dos agricultores urbanos e acompanhamento da produção; bem como na distribuição de sementes e apoio logístico para as feiras livres no centro da cidade ou na UNRC.

No caso da *agricultura urbana em Sevilha*, há vários *huertos urbanos comunitarios* como o *Parque de Miraflores (1983)*, que foi pioneiro na implementação dessas atividades rurais dentro da cidade, conta também com o *Parque de San Jerónimo*, *Parque de Tamarguillo*, *Huertos de Torreblanca*, *Huertos del Rey Moro* y *Huertos de Bellavista*. Os espaços verdes dos *huertos urbanos* são dedicados ao cultivo de horticulturas ecológicas, que envolvem atividades de autoconsumo. Também ajudam a pessoas com problemas de marginalização, deficiência física e mental, contemplam imigrantes, aposentados e desempregados. Os *huertos urbanos* se tornaram uma opção acessível para muitos moradores apreciarem a natureza e cultivarem seus produtos nas áreas urbanas. Existe uma grande demanda para desfrutar dos *huertos urbanos de Sevilla*.

As vantagens e benefícios econômicos, sociais e educacionais desses projetos são significativos, em função das restrições orçamentárias. Os projetos têm uma equipe qualificada e comprometida com o apoio às pessoas desempregadas, excluídos socialmente, deficientes ou aposentados, bem como respeito ao meio ambiente, desenvolvimento de alimentação saudável por meio do compromisso com a qualidade de produtos ecológicos, reduzindo o impacto de produtos químicos (sintéticos) em vegetais, solo e água.

Ao se identificar práticas de cultivos da agricultura urbana nos municípios estudados, nos casos de Nova Iguaçu e Rio Cuarto se incentiva a formação de associações, com o intuito de facilitar a

produção, distribuição e comercialização dos produtos excedentes. Já no caso de Sevilha a agricultura urbana tem caráter meramente lúdico ou recreativo, social, educativo, ambiental e destinado ao autoconsumo. A sustentação dessas práticas agrícolas ocorre graças às políticas públicas destinadas ao setor.

Nos três casos se promovem eventos com o intuito de difundir o papel de assistência técnica local, promover a divulgação e incentivar a cultura de consumo dos produtos de origem ecológica. Mas cabe lembrar, que essas políticas públicas ainda não estão consolidadas no Brasil e nem na Argentina. Elas parecem funcionar mais como um ‘paleativo’ das necessidades dos agricultores urbanos de baixa renda ou miseráveis do que mesmo a solução para tal problemática, devido à precariedade do trabalho de assistência técnica e a pouca destinação de recursos públicos provenientes dos governos brasileiro e argentino para estes fins. No caso de Sevilha, conta com um maior apoio do poder público e uma maior consciência da população local sobre as questões sociais e ambientais, porém a agricultura urbana ainda está em fase de consolidação. A rede de hortas urbanas em Sevilha, por exemplo, passou a compor o Plano diretor do município, somente a partir de 2010. Porém, dos 21 *huertos urbanos* previstos, apenas 6 deles estão em funcionamento.

Nos três casos pesquisados, não existe uma política pública consolidada a nível nacional para prestar assistência técnica aos agricultores urbanos. Geralmente, a assistência se faz por iniciativa da população local, por meio de associações, cooperativas ou organizações não governamentais (ONGs) que se articulam com os organismos estatais do poder federal ou local.

Constatamos que nos municípios de Nova Iguaçu e Rio Cuarto existe, ainda que precariamente, políticas públicas voltadas para a assistência técnica aos agricultores urbanos. Papel que é exercido quase que exclusivamente pela EMATER-Rio de Nova Iguaçu e ONGs (Brasil) e pelo INTA e pela Fundação Social de Rio Cuarto (Argentina), por meio de capacitação que desenvolve habilidades específicas para esse tipo de sistema produtivo. Sem contar com as visitas realizadas às famílias em suas áreas produtivas, ainda que sejam limitadas, tendo em vista a carência de técnicos ou agrônomos para dar suporte ao grande número de agricultores urbanos e periurbanos.

Conforme depoimento dos entrevistados, a maioria dos agricultores urbanos participa ou já participou de algum programa de assistência técnica. Os mesmos mostram sua satisfação com a qualidade do que é aprendido com os técnicos ou agrônomos e afirmam que sua produção aumentou juntamente com a consciência sobre os conceitos de segurança alimentar, qualidade de vida e preservação ambiental. Isso corrobora a importância da assistência técnica voltada aos agricultores urbanos, com enfoque na qualidade dos processos produtivos.

Nos casos de Nova Iguaçu e Rio Cuarto, parte da agricultura urbana é destinada à subsistência (autoconsumo) e a outra parte é destinada ao comércio (principalmente por meio de feiras livres) como fonte de renda complementar. Nesses casos, tem caráter econômico, ambiental e social. No caso de Sevilha, a produção é destinada ao autoconsumo (inclusive, é proibida a comercialização) e tem caráter educativo, recreativo, ambiental e social.

Percebemos que em alguns programas de assistência técnica realizados em Nova Iguaçu e Rio Cuarto existem uma dependência dos agricultores familiares, que após o término da assistência técnica direta ao agricultor familiar, apresentam dificuldades que os impossibilitam de continuarem as atividades. Ocasionalmente, assim, a queda na produtividade e alguns agricultores familiares chegam a abandonar a associação. Diante desta análise, constatamos que a Argentina e o Brasil, ainda necessitam investir mais em práticas de desenvolvimento local sustentável, tendo em vista que existe uma demanda muito grande sobre a segurança alimentar e nutricional e pouca preocupação com a educação

ambiental. No caso de Sevilha na Espanha, apesar de uma maior conscientização quanto ao autoconsumo de produtos ecológicos, ainda existe uma grande demanda pelo desenvolvimento da agricultura urbana como atividade recreativa ou lazer; questões sociais; e educação ambiental.

A prática da agricultura urbana, no caso de Nova Iguaçu, o principal público alvo é de adultos e aposentados. No caso de Rio Cuarto, o principal público alvo é de jovens e adultos. No caso de Sevilha, o principal público alvo é de crianças e aposentados.

Identificamos que nos três casos existe uma deficiência do registro das informações sobre agricultura urbana, devido a pouca atenção que é destinada pelos governos locais, regionais e nacionais às políticas públicas para a assistência técnica, com capacitação técnica adaptáveis às necessidades familiares dos produtores urbanos e de acesso aos recursos disponíveis; além da deficiência de conhecimento das noções básicas de planejamento e custos de produção, distribuição e comercialização. Já que grande parte dos agricultores urbanos de Nova Iguaçu e de Rio Cuarto tem como principal fonte de renda essa atividade.

4. Conclusões

Neste estudo alguns aspectos fundamentais foram considerados, como as razões que levaram a se desenvolver políticas públicas para a agricultura urbana nos países desenvolvidos e, principalmente, nos países em desenvolvimento. Portanto, os motivos europeus e latino-americanos para cultivar agricultura urbana não são exatamente os mesmos, mas em ambos os continentes existe uma porcentagem significativa de cidadãos agindo com objetivos idênticos e preocupados com a segurança alimentar e nutricional, preservação da natureza, educação ambiental, bem-estar social e qualidade de vida.

Dentre as tendências da agricultura urbana, existem grandes possibilidades a serem mencionadas: desconcentração da produção para outras regiões com potencial produtivo; maior envolvimento da agricultura urbana com a produção ecológica; adequada organização da produção setorial, buscando melhor planejamento da produção e diversificação dos produtos ecológicos. Outra forte tendência do setor é a demanda crescente por alimentos produzidos sem agrotóxicos e com sustentabilidade, ou seja, sem agressão ao meio ambiente.

Apesar da importância dos países desenvolvidos na conformação do mercado mundial de produtos ecológicos, verifica-se uma tendência nos países em desenvolvimento de aceitação da agricultura urbana pelas comunidades regionais, o que tem induzido os produtores ecológicos a atenderem demandas locais. Diante da tendência de uma demanda maior que o fornecimento de produtos ecológicos, faz-se necessário atenuar essa discrepância por meio da entrada de novos agricultores urbanos no mercado interno.

Tendo em vista um mercado ainda em consolidação, é provável a tendência de seu crescimento, desde que os consumidores acreditem na qualidade dos produtos ecológicos e que os produtores se capacitem para proporcionarem entregas regulares, em escalas maiores e com preços competitivos. Dessa forma, espera-se que a diferença de preços entre os produtos de origem ecológica e os convencionais decline em decorrência da economia de escala proporcionada por maiores quantidades comercializadas e por uma logística de transporte mais eficiente.

É notório que, ao longo dos anos as políticas públicas para a agricultura urbana tem ganhado destaque no cenário brasileiro, argentino e espanhol juntamente com a demanda por produtos mais saudáveis na mesa do consumidor, mediante uma análise sobre as políticas públicas atuais, apoiadas

pelo MDS (Brasil), pelo MDS (Argentina) e pelo INC (Espanha), visando à acessibilidade dos produtores urbanos à assistência, apesar da precariedade de mão de obra qualificada em assistência técnica, bem como dos poucos recursos públicos disponibilizados para o setor. Nesse processo destaca-se a criação do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em 2003, no Brasil; do *ProHuerta*, em 2003, na Argentina; do *Programa de Agricultura Urbana y Social (PAUS)*, em 1999, na Espanha, com a contemplação de novos espaços institucionais, dedicado a implementar políticas de desenvolvimento da agricultura urbana, que se proponham colocar em prática experiências inovadoras para auxiliar as ações socialistas, humanitárias e de segurança alimentar.

Diante das visitas técnicas realizadas junto às associações ou aos grupos de agricultores urbanos e às feiras ecológicas em Nova Iguaçu e Rio Cuarto, bem como aos *huertos urbanos* de Sevilla, percebemos que a tendência da agricultura urbana é de expansão, tendo em vista a valorização e difusão das práticas agrícolas em áreas urbanas, bem como da absorção dos conceitos de desenvolvimento territorial sustentável e alimentação saudável por parte dos agricultores e consumidores locais.

Constatamos também, que não adianta somente o agricultor urbano saber produzir, é preciso que ele tenha noção sobre sua cadeia produtiva, do preparo do terreno, cultivo de mudas até a distribuição e comercialização dos produtos excedentes. Mas este tema ainda tem muito a ser explorado para o sucesso das políticas públicas destinadas à agricultura urbana no Brasil, na Argentina e na Espanha. Os agentes políticos precisam conhecer melhor os anseios da classe de agricultores urbanos, que tem grandes contribuições para a melhoria da qualidade alimentar e nutricional e qualidade de vida nas cidades.

Referências Bibliográficas

- AQUINO, Adriana M. de; ASSIS, Renato L. de. (2007), *Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia*. Embrapa, Agrobiologia. Revista Ambiente & Sociedade. Campinas, SP. vol. X, n. 1. p. 137-150. jan.-jun 2007.
- COUTINHO, Maura N. (2010), *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, UFMG.
- FiBL & IFOAM. (2011), *The World of Organic Agriculture. The world of organic agriculture. Statistics and Emerging Trends. Research Institute of Organic Agriculture Forschungsinstitut Biologischen Landbau FiBL and the International Federation of Organic Agriculture Movements IFOAM*.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. (2011), *Agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe: uma realidade*. FAO. Disponível em: www.rlc.fao.org/es/agricultura/aup/pdf/brochurpr.pdf. Acesso em: 20jul.2012.
- GUEDES, Cezar Augusto Miranda; PÉREZ, Rocío Silva. (2011), *Denominações territoriais agroalimentares, políticas e gestão social: Argentina, Brasil e a experiência espanhola no contexto europeu*. In: VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrários y Agroindustriales. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires.

LOVO, Ivana C. (2011), *Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania*. TESE (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis: UFSC.

MINISTERIO DEL DESARROLLO SOCIAL. *Secretaria de Desarrollo Social*. (2011), *Plan Nacional de Seguridad Alimentar*. Buenos Aires, MDS/SDS.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. (2012), *Encontro Debate Agricultura Urbana no Brasil*. Valter Bianchini, MDA/SDT. Disponível em www.mda.gov.br/portal/sdt/noticias/item?item_id=10693176. Acesso em: 29nov.2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (2009), *Informações sobre agricultura urbana*. MDS. Disponível em: www.mds.gov.br/noticias/informacoes-sobre-agricultura-urbana-estao-disponiveis-noportal-mds. Acesso em: 22set.2012.

MOUGEOT, L. J. A. (2006), *Cultivando mejores ciudades*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD. Disponível em: www.idrc.ca/es/ev-95304-201-1-DO_TOPIC.html. Acesso em: 05out.2012.

TAYLOR, Paul. (2006), *Cultivando mejores ciudades: prólogo*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD. Disponível em: www.idrc.ca/es/ev-95302-201-1-DO_TOPIC.html. Acesso em: 05out.2012.

ZAAR, Miriam H. (2011), *Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión*. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: *Universidad de Barcelona*, 15 de octubre de 2011, vol. XVI, nº 944. Disponível em: www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm. Acesso em: 20jul.2012.